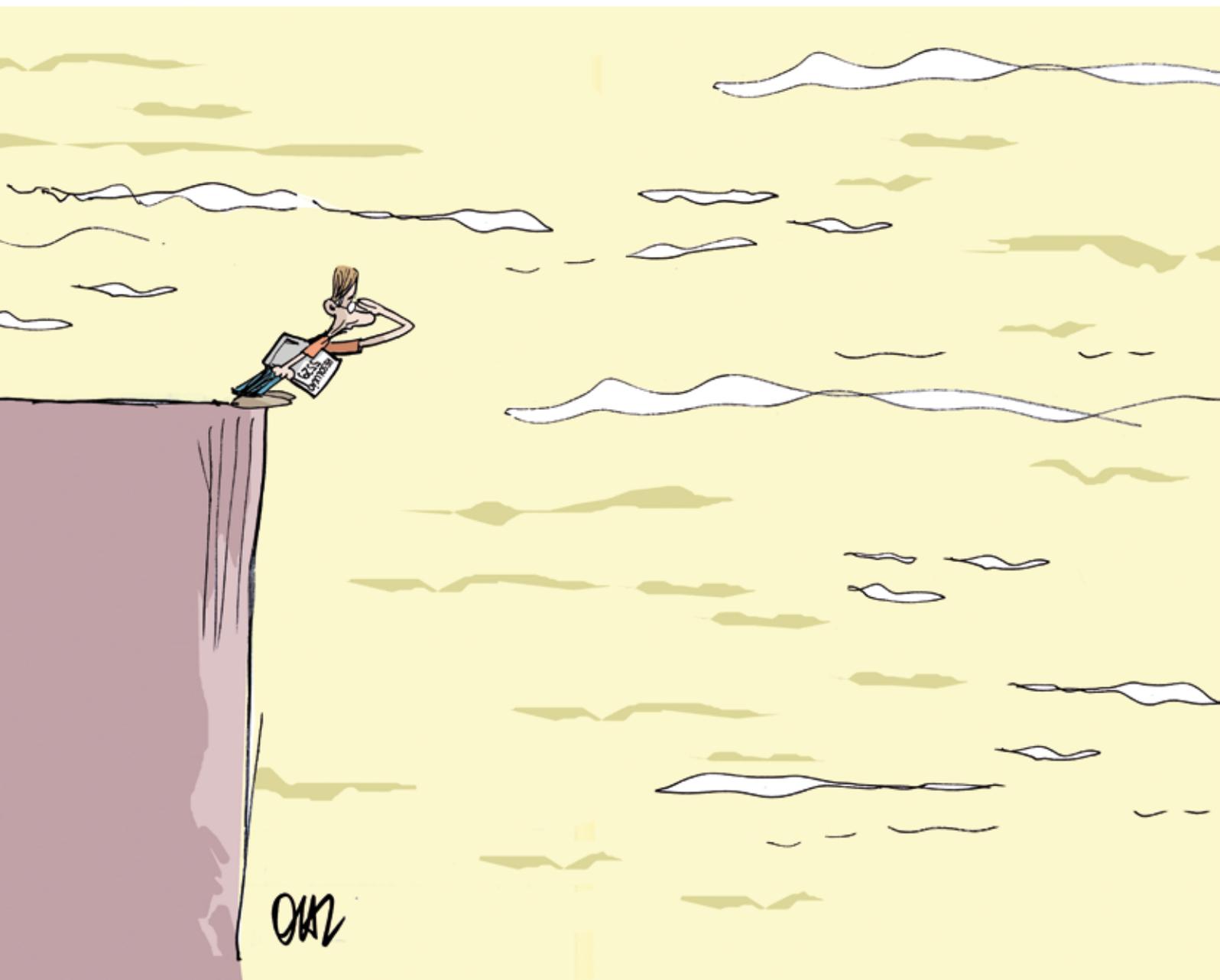


RESISTÊNCIAS, OMISSÕES E VAZIOS. POR QUE “PASSOU” A NOVA CARREIRA DOCENTE?

Adrián Pablo Fanjul

Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
e um dos representantes doutores na Congregação



O Conselho Universitário (Co) da USP aprovou, na reunião de 5 de julho de 2011, a regulamentação consolidada dos mecanismos de avaliação para progressão horizontal na carreira docente, arrematando assim a reforma implantada, na gestão Suely Vilela, pela resolução 5.529. A Reitoria impôs a nova carreira por meio de manobras em votações “fatiadas” no Co, sempre tumultuadas, e apesar de fortes manifestações desfavoráveis oriundas de uma expressiva parcela da categoria. O autor deste artigo procura oferecer explicações para a omissão de grande parte dos docentes, que optaram pela “aceitação silenciosa e até dissimulada” da reforma

Poucas semanas depois de que o Co aprovou, na tumultuada sessão de março de 2009, a resolução 5.529, que estabeleceu os níveis horizontais na carreira dos professores, começou a ser percebida uma resistência em setores do corpo docente. Os motivos que levavam a rejeitar essa resolução e suas consequências eram diversos e não necessariamente os mesmos para cada grupo de colegas: o próprio estabelecimento de níveis horizontais, o vazio que a resolução deixava a

respeito de como seria realizada a avaliação para progressão, ou simplesmente o modo antidemocrático e precipitado como ela tinha sido aprovada, fator que foi decisivo para a oposição, inclusive, de alguns colegas que não recusavam a progressão horizontal por si mesma.

Uma das expressões mais claras dessa resistência foi um abaixo-assinado que solicitava a anulação da resolução 5.529, petição embasada na defesa da avaliação pública e qualitativa, independente das instâncias centrais da Universidade, bem como de procedimentos demo-

cráticos para uma discussão ampla da carreira. Como um dos vários colegas que assumimos, naquele tempo, a tarefa de fazer circular esse abaixo-assinado pelas diferentes unidades da USP, creio oportuno refletir, tendo transcorrido algum tempo, não apenas sobre a resistência, mas também sobre a *silenciosa não resistência* que se evidenciou, ao longo deste processo, em amplíssimos setores da USP.

Começo por lembrar que o abaixo-assinado se iniciou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e que a partir

de seus docentes chegou a outras unidades. Atingiu um total de 615 assinaturas, mas na FFLCH foram 271, em torno de 55% do corpo docente. A maioria numérica absoluta dessa unidade, uma das maiores da USP, não apenas foi contrária, mas assinou publicamente contra a decisão do Co. Por serem diversas, como já descrevemos, as razões da não aceitação, confluíram nessa ação setores que poucas vezes coincidem na faculdade.

O que diferenciou a FFLCH de outras unidades em relação à percepção da nova carreira? O fato de ela ter sido amplamente discutida, não apenas na Congregação e nos departamentos, mas em um fórum inicialmente criado a tal efeito, e no qual houve participação e expressão de muitíssimos docentes que até aquele momento quase não se conheciam, no dia-a-dia de uma unidade que tem a dimensão de várias universidades federais. Contra o que alguns poderiam pensar, a partir dos mitos que circulam na Universidade em relação aos docentes e pesquisadores das ciências humanas, nada temos para temer nós, docentes da FFLCH, no que diz respeito a avaliações, nem sequer no escopo das econometrias das quais costumam gostar os que espalham pré-conceito sobre o modo artesanal de produção de conhecimento. A FFLCH é a unidade que maior quantidade de cursos de pós-graduação com notas 6 e 7 da Capes concentra na USP.

Pelos motivos que muitas vezes têm explicado na imprensa colegas como Vladimir Safatle, do Departamento de Filosofia, desconfio dos *rankings* universitários, mas é bom que os que gostam deles saibam que em uma recente difusão da “Top Universities”, nove cursos da USP aparecem entre os melhores do mundo. Deles, seis são da FFLCH. Dois dos outros três (Física e Geociências) também correspondem a centros onde houve bastante rejeição às mudanças na carreira,

***Desconfio
dos rankings
universitários, mas é bom
que os que gostam deles saibam
que 6 dos melhores cursos do mundo
são da FFLCH. Portanto, os motivos
da resistência à reforma da carreira
não residem em um suposto
receio a sermos avaliados***

embora não na proporção dessa faculdade. Em consequência, os motivos da resistência não podem ser procurados em um suposto receio a sermos avaliados, lembrando que, além do mais, constantemente nosso trabalho está sob avaliação.

E o que podemos conjecturar em torno da *não oposição*, do visível fato de que a maioria dos docentes da USP não acompanhou a movimentação contrária à

reforma da carreira? O primeiro que deve ser constatado é que não houve qualquer movimento nem manifestação de apoio. Durante maio e junho de 2009, a informação sobre a resolução 5.529 e o abaixo-assinado que pedia sua anulação chegou a todas as unidades. Se a reforma da carreira tivesse angariado a identificação de setores do corpo docente, o crescimento e a sonoridade das manifestações contrárias teriam dado lugar a réplicas, que não existiram. Como encarregado de enviar o abaixo-assinado aos endereços eletrônicos que vários colegas levantavam, um por um, nos sites das unidades, posso afirmar que, dos milhares que receberam o texto, muitos certamente não assinaram, mas houve apenas *duas* respostas com um comentário negativo, quantidade que teria sido bem maior se o conjunto dos docentes, ou quanto menos alguns setores, vissem a mudança de carreira como algo que os favorece.

Apesar da propaganda perversa realizada por alguns dirigentes da Universidade, de que a reforma da carreira com níveis horizontais diferenciaria os docentes “bons” e valiosos daqueles “acomodados” que não queriam produzir, ou dos que não teriam o medível talento dos “brilhantes”, vemos que nem sequer o narcisismo que, em diferentes medidas, atravessa nossa relação imaginária com a academia, parece ter ganhado voz. Não há uma cruzada, nem também manifestações



que reivindiquem uma avaliação assim “diferenciada”. Essa idéia pode até fazer parte das que inspiraram a reforma, mas parece longe de ser uma convicção que desperte paixões ou quanto menos disposições ativas nos docentes. Lembremos que a votação no sistema Marte, em 2010, por um modo ou outro de avaliação, dava-se considerando

a reforma como aprovada, e não incluía qualquer possibilidade de opinar a respeito dela.

Por onde passa, então, a aceitação silenciosa e até dissimulada? Com o inevitável risco de errar, mas a partir do que pude observar na inestimável experiência que significaram estes dois anos, apontarei dois fatores que com certeza

coadunam-se com outros, que diversos colegas poderão visualizar melhor do que eu.

Por uma parte, creio que a expectativa econômica tem um grande peso. Nem os mentores da reforma se enganam a respeito. Já no tempo em que começaram a propô-la no Co, em 2008, o discurso da “excelência” foi sempre acompa-

nhado por modulações de alicia-mento cuja expressão mais clara foi um “9% já!” que chegou a ouvir-se em certos âmbitos. E a partir da atual gestão, já em 2010, medidas de populismo aristocrático, como o aumento salarial diferenciado para docentes e a extensão do vale-alimentação, têm feito com que cresçam as expectativas de que a melhora na retribuição ao trabalho docente “desça” de um poder central que “nos reconhece” e “nos diferencia” de outros “menos importantes” para a Universidade.

É claro que essas esperanças encontram base prévia em algo que tem ficado evidente, em relação a este e a outros episódios dos últimos anos na USP: a carência de qualquer percepção de coletivo pelos docentes. Vários aspectos contribuem para esse quase vazio. Há um importante setor de professores que não trabalha apenas para a Universidade, e nem mesmo principalmente para ela. Há também os que previamente a ingressar foram somente bolsistas, sem qualquer vínculo empregatício no mercado nem no espaço público, e vêem sua atual situação como a de uma continuidade na qual, agora, poderiam ganhar uma “bolsa” adicional, por sinal, uma bolsa mais fácil do que as outras. E há os que simplesmente, por insondáveis determinações ideológicas, não suportam ver-se como assalariados e obliteram imaginariamente esse aspecto de seu vínculo à Universidade. Paradoxalmente, a expectativa na nova carreira, é, sim,

salarial. Mas acaso de contradições não somos feitos?

Todos esses perfis têm algo em comum, e creio que ali está o segundo fator que aparece como necessário para entender a passagem silenciosa desta reforma do Estatuto (sim, para esta carreira foi reformado nada menos que o Estatuto da USP!) em relação aos seus principais interessados. Nem aquele que tem na Universidade apenas uma parte de sua vida profissional e

*Nem
aquele que tem na
Universidade apenas uma
parte da vida profissional e de sua
renda, nem quem a vê como mais uma
agência de fomento para seu trabalho
mononuclear, têm condições de pensar
a Universidade, de interrogar
seus possíveis papéis na
sociedade*

de sua renda, nem quem a vê como mais uma agência de fomento para seu trabalho mononuclear têm condições nem necessidade de *pensar a Universidade*, de envolver-se na compreensão de seu funcionamento, de questionar o sentido das decisões que nela se tomam, muito menos de interrogar seus possíveis papéis na sociedade. A tímida expectativa de pequeno ganho em relação a esta reforma, sua percepção

como a notícia do mês que desce de um espaço estranho de decisões, tem as mesmas raízes que a apatia que observamos, no cotidiano, em relação já não digamos à construção do coletivo, mas à participação nos colegiados estatutários e na gestão institucional.

Retomando a lembrança das intensas discussões na FFLCH sobre a carreira, é importante destacar que nelas também intervinham colegas favoráveis à existência de progresso horizontal. Mas esses colegas também fundamentavam sua postura em uma visão geral da Universidade e em determinada compreensão de sua função que, se não compartilhamos plenamente, sem dúvida reconhecemos como resultado da preocupação de quem sente que a coisa pública lhe diz respeito.

Para sintetizar, a falta de percepção da Universidade como um espaço público que requer sua atuação inclusive em itens não quantificáveis, e que tem necessariamente um papel e impacto na sociedade favoreceram uma nova omissão do *corpo* (será que esse termo ainda é viável?) docente, neste caso, em relação a um assunto que o tem como objeto e poderia tê-lo como protagonista. Não é casual que, pelo menos nos últimos cinco anos, tenha sido sempre de outros setores da comunidade, não docentes e estudantes, que surgiram as evidências de inquietação cidadã no que diz respeito à democracia na Universidade, à sua autonomia e ao seu caráter público.